



2023

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA META 1

LEVANTAMENTO DO CONTEXTO DA PESQUISA
PROJETO “30120 - IPHAN/IBICT/BIBLIOTECA DIGITAL”

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA META 1

LEVANTAMENTO DO CONTEXTO DA PESQUISA

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Luciana Santos
Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT)

Cecília Leite Oliveira
Diretora

Reginaldo de Araújo Silva
Coordenação de Administração - COADM

Gustavo Saldanha
Coordenação de Ensino e Pesquisa em Informação para a Ciência e Tecnologia - COEPI

José Luis dos Santos Nascimento
Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - COPAV

Marcel Garcia de Souza
Coordenação-Geral de Informação Tecnológica e Informação para a Sociedade - CGIT

Bianca Amaro de Melo
Coordenação-Geral de Informação Científica e Técnica - CGIC

Tiago Emmanuel Nunes Braga
Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática - CGTI

Milton Shintaku
Coordenação de Tecnologias para Informação - COTEC



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

PROJETO “30120 - IPHAN/IBICT/BIBLIOTECA DIGITAL”

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA META 1

LEVANTAMENTO DO CONTEXTO DA PESQUISA



Brasília

2023

© 2023 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Esta obra é licenciada sob uma licença Creative Commons - Atribuição CC BY 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total desde que mencionada a fonte.



EQUIPE TÉCNICA

Diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Cecília Leite Oliveira

Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação e Informática – CGTI

Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenador do Projeto

Milton Shintaku

Autores do relatório

Fernando de Jesus Pereira

Milton Shintaku

Normalização

Fernando de Jesus Pereira

Pesquisadores do projeto

Danielle do Carmo

Diego José Macedo

Elton Mártires Pinto

Fernando de Jesus Pereira

Ingrid Torres Schiessl

Lucas Ângelo Silveira

Luciano Heitor Gallegos Marín

Revisão

Flavia Furlan Granato

Rafael Teixeira de Souza

Diagramação e projeto gráfico

Rafael Fernandez Gomes

Marcelle Costal de Castro dos Santos

Mateus Machado Luna

Mirele Carolina Souza Ferreira Costa

Milton Shintaku

Raíssa da Veiga de Meneses

Rafael Fernandez Gomes

Rosilene Paiva Marinho de Sousa

Este Relatório técnico é um produto do Projeto 30120 - IPHAN/IBICT/BIBLIOTECA DIGITAL.

Ref. Ibict - Processo SEI nº 01302.000134/2022-11

Ref. Ibict - Processo SEI nº 01302.000492/2022-15 (Execução)

Ref. Iphan - Processo SEI nº 01450.001355/2022-02

Ref. FUNDEP - 30120

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



Setor de Autarquias Sul (SAUS) Quadra 05 Lote 06, Bloco H – 5º andar Cep:70.070-912 – Brasília, DF Telefones: 55 (61) 3217-6360/55 (61)3217-6350 - <https://www.gov.br/ibict/pt-br>

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS	9
2.1 Objetivo Geral	9
2.2 Objetivos Específicos	9
3. RESULTADOS	10
3.1 Levantamento inicial dos processos geradores de memória técnica do Iphan	11
3.2 Levantamento da tipologia documental da memória técnica do Iphan	16
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	23

1. INTRODUÇÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tem por finalidade preservar o patrimônio cultural do Brasil, promover a identificação, reconhecimento, cadastramento, tombamento e registro do patrimônio cultural do País, promover a salvaguarda e a conservação pela União, viabilizando a educação, a pesquisa e a formação de pessoal qualificado para a gestão (BRASIL, 2022). Tem como missão “promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, contribuindo para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2022).

Para que o instituto alcance seus objetivos, propõem-se e desenvolvem-se diretrizes, normas e procedimentos para a preservação do patrimônio cultural, fiscalizando e monitorando as ações relacionadas à temática. Dessa forma, gera-se uma massa documental de cunho administrativo, científico, técnico e histórico, podendo ser entendida como informação governamental. De acordo com Cruz (2019, p. 49), citando Rousseau e Couture de 1998, a informação é um recurso que, no contexto administrativo e organizacional, é fundamental para a sobrevivência da organização, sendo categorizada como verbal ou registrada em um suporte, orgânica, elaborada, enviada ou recebida na consecução da missão.

Nesse contexto, forma-se um acervo de documentos que compõe a memória técnica do instituto, a qual, se não for tratada e armazenada, existe a possibilidade de esquecimento. Conforme Acselrad (2019, p. 392), a memória técnica poderia ser vista como elo de uma cadeia de comunicação especializada que transfere conhecimento prático entre diferentes momentos do tempo, funcionando como um reservatório de informações para os agentes promotores que esperam poder gerar e transmitir competências. Com isso, o Iphan apresenta um terreno fértil para o estudo e a exploração da gestão documental e da informação, considerando o papel da promoção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

Apesar da existência de sistemas e bases de dados informatizados no órgão, falta um sistema que supra a necessidade de recuperar e disseminar as obras editadas e publicadas pelo Iphan, as quais estão disponibilizadas no portal¹ do instituto, indicando algumas informações, como o título, autor, ano de publicação e resumo, mas sem eficiência na recuperação da informação, isto é, ao ser realizada uma busca no portal, poder surgir como resultado todo o conteúdo dele com o termo da busca, e não somente da página de publicações, gerando alta revocação e pouca precisão. Desse modo, a implementação de uma biblioteca digital como sistema de informação para as publicações do instituto melhoraria a descrição, recuperação e disseminação das obras.

1 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=>. Acesso em: 11 abr. 2023.

No entanto, além da produção editorial da instituição, há os trabalhos de conclusão de curso do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, o qual se dedica à formação interdisciplinar de profissionais graduados em diversas áreas de conhecimento para atuarem no campo da preservação do patrimônio cultural. Com isso, aumenta-se a necessidade da gestão da informação atuando junto ao processo de produção, tratamento, armazenamento, uso e reúso de documentos.

Assim, a biblioteca digital contribui com a gestão da informação, concretizando a oferta de acesso à informação e à memória técnica com vistas a facilitar a circulação do conhecimento produzido pela instituição. Cabe à biblioteca digital armazenar, de forma organizada e representativa, sua memória técnica, atendendo a todo o propósito baseado na democratização da documentação técnica produzida pelo Iphan.

Contudo, para a implementação de uma biblioteca digital é requerido um conhecimento inicial sobre a documentação e a memória técnica produzida pela instituição. Salienta-se que não há uma padronização dos documentos que compõem a memória técnica, pois depende da finalidade e missão de cada instituição, uma vez que a produção de documentos é distinta e particular a cada entidade, da mesma forma que a descrição, organização e representação dos documentos é particular às necessidades e demandas da instituição.

Por mais exemplos e modelos que existam referentes aos documentos, gestão e organização da informação, torna-se essencial estudos e pesquisas exploratórias a fim de ajustar os modelos para o caso de aplicação, atendendo, assim, às especificidades da instituição. Portanto, no primeiro momento é adequado levantar o contexto da pesquisa, o qual corresponde ao levantamento de informações sobre a produção de memória técnica do Iphan, o que proporciona dados e informações que auxiliarão na formulação de políticas de gestão da biblioteca digital, na organização da informação e na identificação da tipologia documental.

Vale ressaltar que, enquanto a biblioteca física atua com documentos de segunda fonte – isto é, que passam por processo de editoração e publicação –, a biblioteca digital atua, também, com documentos de primeira fonte, ou, em outras palavras, aqueles que não passaram por processo editorial. Sendo assim, o conjunto da memória técnica de uma instituição é composto, em sua maioria, por materiais não convencionais. Segundo Campello (1982), incluem-se na lista os relatórios técnicos, as teses e dissertações, as normas técnicas e as patentes.

Nesse contexto de massa documental e gestão da informação, o Iphan firmou projeto de pesquisa com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) a fim de criar sua própria biblioteca digital, tendo em vista a *expertise* apresentada pela instituição. Com duração inicial de 18 meses, o projeto visa a atender parte da necessidade de gestão da informação do Iphan no que diz respeito à memória técnica.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Levantamento de informações sobre a produção de memória técnica do Iphan.

2.2 Objetivos Específicos

- Levantamento inicial dos processos geradores de memória técnica do Iphan;
- Levantamento da tipologia documental da memória técnica do Iphan.

3. RESULTADOS

Levando-se em conta o objetivo geral como *levantamento de informações sobre a produção de memória técnica do Iphan*, a investigação começou com a consulta dos portais do instituto, tanto o antigo² quanto o novo³, e os seus documentos oficiais, sendo eles:

- Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Portaria IPHAN nº 63, de 29 de dezembro de 2022, que aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências.
- Portaria nº 23, de 17 de maio de 2021, que aprova o Planejamento Estratégico Institucional 2021-2024 no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Portaria GAB-IPHAN/IPHAN nº 49, de 8 de novembro de 2021, que aprova a Cadeia de Valor no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Os documentos da Estrutura Regimental e do Regimento Interno do instituto indicam as unidades e órgãos, juntamente com as funções e atribuições de cada unidade, a fim refletir os produtos e documentos desenvolvidos e formulados, isto é, a produção de memória técnica.

A Cadeia de Valor é um importante instrumento para a análise da gestão da informação, sendo uma ferramenta que analisa estrategicamente uma empresa pelas suas atividades relevantes, pois na instituição existe uma sucessão de atividades executadas para atender a um propósito (SHINTAKU, 2023, p. 4). Em aproveitamento, tal análise ajuda na proposta inicial de arquitetura, classificação e organização da informação na biblioteca digital do Iphan.

A seguir, serão apresentados e descritos em subtópicos o levantamento inicial dos processos geradores de memória técnica do Iphan e o levantamento da tipologia documental.

2 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

3 Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br>. Acesso em: 12 abr. 2023.

3.1 Levantamento inicial dos processos geradores de memória técnica do Iphan

Nos estudos dos processos produtores de memória técnica, o principal documento que reflete tais processos é a Cadeia de Valor, uma vez que se trata de um importante instrumento para análise da gestão da informação. A Cadeia de Valor do Iphan, adaptada do modelo tradicional de Porter de 1985, apresenta três grandes grupos de processos, nomeadamente: finalísticos, gestão e suporte. Entretanto, essa cadeia parece em parte apresentar problemas quanto à descrição dos processos, com descrições que aparentam objetivos ou missões (valores) das unidades.

Considerando a análise da Cadeia de Valor para a produção da memória técnica de uma organização, como apontam Shintaku (2023) e Iphan (2021a), tem-se:

- **Macroprocessos finalísticos:** engloba, de forma geral, a preservação do patrimônio cultural brasileiro, com apoio dos departamentos finalísticos, sendo os órgãos específicos singulares – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF), Departamento de Projetos e Obras (DPO) – as unidades descentralizadas, como as superintendências, e as unidades especiais.
- **Macroprocessos gerenciais:** define as diretrizes estratégicas e políticas institucionais, a articulação e interlocução interna e externa, a política nacional do patrimônio cultural, os planos e programas anuais e plurianuais para o instituto, além da difusão e da publicidade dos programas, obras, serviços e campanhas do Iphan, compreendendo na Diretoria Colegiada, no Gabinete da Presidência, o Comitê Gestor, Departamento de Planejamento e Administração (DPA) e a assessoria de comunicação.
- **Macroprocessos de suporte:** visam à consultoria, assessoramento jurídico e controles institucionais, incluindo a procuradoria e a auditoria interna.

Relacionado à Cadeia de Valor, observa-se que dois processos citados atuam para cumprimento da missão, de forma a alcançar o objetivo. Nesse caso, os processos de Profer são de apoio à gestão do instituto e à atividade meio, indiretamente relacionadas às atividades fins. Assim sendo, parte da memória técnica é produtora de documentação de gestão, como no caso dos pareceres, que precisam circular na instituição. Com isso, reforça-se a necessidade de uma comunidade voltada para os documentos de governança do instituto.

Já os processos finalísticos do Iphan apresentam certa diferenciação na atuação entre questões materiais e imateriais, na medida em que são apresentados processos diferenciados para os dois tipos de bens culturais e artísticos, o que pode gerar documentação diferenciada. Isto se deve, em parte, à estrutura organizacional do Iphan, que apresenta divisões distintas para atuação dos tipos de bens, criando processos diferenciados para tratamento.

Entretanto, dois pontos ressaltam a análise da cadeia de valor, que são as preservações e promoções do patrimônio arqueológico e ferroviário, separado do patrimônio material ou imaterial. Eles atuam da mesma forma

que os processos do Patrimônio listados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O isolamento deles pode ser indício do alcance de documentação diferenciada que precise de tratamento particular.

Outro ponto de destaque é a atuação do Iphan no licenciamento ambiental. Com ela, busca-se atenção sobre a documentação resultante do processo, como ele se materializa, e as suas necessidades para armazenamento e disseminação em biblioteca digital. Possivelmente ela está envolvida nos processos relacionados ao patrimônio material, voltados para lugares ou questões arqueológicas. Por isso, tal processo requer atenção conforme o projeto avance, visto que a meta é inicial para entendimento do cenário da produção documental do Iphan.

Levando em consideração a Estrutura Organizacional e o Regimento Interno do Iphan, estrutura-se o Quadro 1, que demonstra a unidade de processo gerador de memória técnica e o tipo documental gerado. Vale ressaltar que, em relação aos tipos de documentos, as unidades geradoras buscam desenvolver, formular, gerar e/ou propor os tipos documentais.

Quadro 1 - Unidade de processo geradora de memória técnica e tipo documental

Unidade	Tipo documental
<p>Macroprocesso finalístico (DEPAM, DPI, DECOF, DPE, coordenações gerais, unidades especiais e superintendências)</p>	<p>Ações Agenda institucional do diretor Avaliação Boletim de projetos e obras Capacitação Correspondências Diretrizes Documentos Dossiês Editais Estudo Estudo técnico Instrução técnica Inventários Legislação Normas Normas de preservação Notas técnicas Parecer Pesquisa Políticas públicas Procedimentos Processo administrativo Processos Projeto Publicações Relatório Relatório de diagnóstico</p>

Unidade	Tipo documental
<p>Macroprocesso gerencial (Diretoria Colegiada, Gabinete da Presidência, Comitê Gestor, DPA, Assessoria de Comunicação)</p>	<p>Agenda do presidente Análise de ações judiciais Análise técnica de atos Atos administrativos Audiência Avaliação de impacto Conteúdo do sítio eletrônico Correspondência Despacho Diretrizes institucionais Emenda parlamentar Estudos técnicos Expediente técnico Instrumentos de regularização Licenciamento ambiental Manifestação conclusiva Minuta de atos normativos Normas de âmbito nacional Plano anual e plurianual Política de preservação do patrimônio Políticas administrativas Prestação de contas Processo de licenciamento Proposta orçamentária Regimento interno Rerratificação de tombamento Reuniões da diretoria Termo de Ajustamento de Conduta Termo de Referência Específico Tombamento</p>

Unidade	Tipo documental
Macroprocesso de suporte (Procuradoria e Auditoria)	Ação civil pública Chamamento público Diretrizes da área de auditoria Manifestações jurídicas Minutas de acordos de cooperação técnica Minutas de atos normativos Minutas de convênios Minutas de editais de licitação Minutas de edital de concurso público ou processo seletivo Minutas de informações em mandado de segurança Minutas de termos de ajustamento de conduta Normas da área de auditoria interna Parecer sobre prestação de contas anual Parecer sobre tomadas de contas especiais Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna Relatório Anual de Atividades Relatório sobre a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação Resolução consensual de litígio Termos de Compromisso

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Em vista do Quadro 1, nota-se a existência de diversos tipos documentais estabelecidos de acordo com a finalidade, como é o caso dos pareceres, que é um tipo documental cuja origem e a finalidade podem determinar se é vantajoso armazenar e/ou torná-los público. O mesmo ocorre com o caso dos Macroprocessos de suporte, de modo que os pareceres sobre prestação de contas e os sobre tomadas de contas especiais são diferentes dos pareceres do Macroprocesso finalístico, pois são referentes a departamentos específicos.

Outra tipologia documental destacável são as normas, políticas e diretrizes, que são instrumentos normativos cuja finalidade é melhorar a qualidade e a padronização de atividades e procedimentos. Desse modo, podem ser classificadas apenas como instrumentos normativos para uma tipologia documental focada nos serviços e procedimentos internos.

Em todo caso, esse levantamento inicial dos processos geradores de memória técnica tem o propósito de mapear os tipos de documentos e a finalidade das unidades que potencialmente elaboram e formulam documentos passíveis de serem armazenados e organizados na biblioteca digital, a depender da necessidade da instituição. No entanto, o levantamento da tipologia documental corresponde à identificação e à classificação dos documentos existentes na instituição, saindo do imaginário exposto nos documentos oficiais – cadeia de valor, estrutura organizacional e regimento – para os documentos existentes na instituição.

3.2 Levantamento da tipologia documental da memória técnica do Iphan

Como exposto na introdução, a memória técnica de uma instituição ou organização compõe-se de todos os documentos que contenham o conhecimento, ou seja, uma representação do seu capital intelectual. Assim sendo, não há padrão, na medida em que cada instituição ou organização tem suas especificidades relacionadas às atividades. Da mesma forma, a instituição ou organização pode adicionar novas tipologias documentais à memória técnica, conforme a necessidade de ofertar acesso à informação.

Nesse contexto, acordou-se pelo compartilhamento de documentos para a análise documental, essencialmente para a identificação da tipologia documental existente na instituição. O Iphan, em conjunto com o Ibict, encaminhou às suas unidades um pedido para enviar uma amostra de documentos para que fosse compartilhada na Biblioteca Digital. Com isso, possibilitaria a análise da tipologia documental a compor o acervo da biblioteca digital, sua organização e representação. O estudo da amostra de documentos é de extrema importância para uma assertividade maior.

Assim, vinte unidades enviaram documentos, armazenados em pastas distintas via Google Drive do Ibict, recebidos pelo e-mail projetoiphanbd@ibict.br, criado inicialmente pela infraestrutura do instituto somente para esse fim. A organização das pastas foi indicada pela equipe do Iphan, a qual preferiu separá-las por Coordenação, Diretoria e Superintendência, o que corresponde ao total de 20 pastas.

Na Tabela 1, demonstra-se a denominação da pasta, o quantitativo de documentos e a porcentagem. No total, foram analisados 700 documentos, sendo eles em formato PDF e DOC.

Tabela 1 - Quantitativo e porcentagem de documentos por pasta

Pasta	Quantitativo	Porcentagem
CGIR - Referência Diversidade Linguística	120	17,14%
IPHAN - PE	100	14,29%
IPHAN - GO	77	11,00%
DPI - CGPS	72	10,29%
IPHAN - RN	53	7,57%
DPI - INCR	45	6,43%
IPHAN - ES - ARQUEOLÓGICO/EDIFICADO/IMATERIAL	40	5,71%
IPHAN - SP	31	4,43%
IPHAN - DF	29	4,14%
IPHAN - PA	22	3,14%
IPHAN - TO	22	3,14%
COIDE	14	2,00%
IPHAN - MT	12	1,71%
IPHAN - RJ - COTEC/ETRS - COTEC	11	1,57%
BAM - CDP	10	1,43%

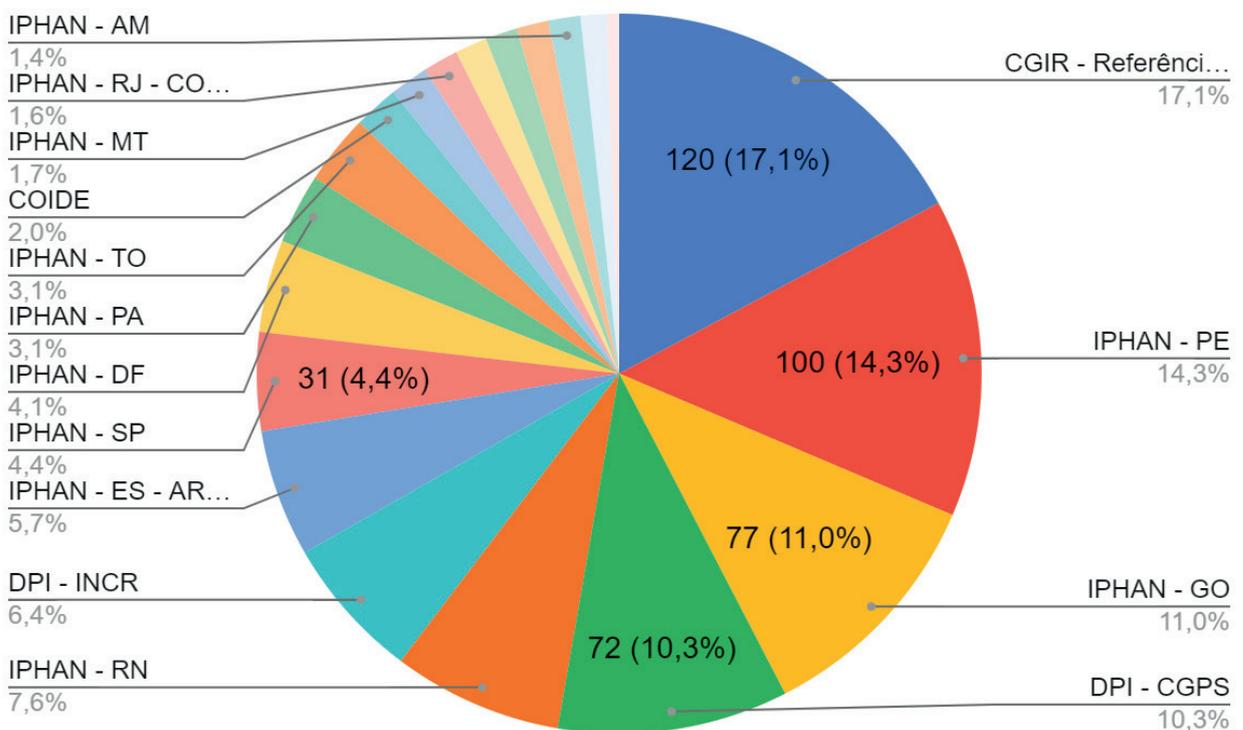
Pasta	Quantitativo	Porcentagem
CGID - Patrimônio Ferroviário	10	1,43%
CNA	10	1,43%
IPHAN – AM	10	1,43%
CORER	8	1,14%
CGID – DEPAM	4	0,57%
Total	700	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Apesar de o Iphan possuir vários órgãos e unidades como consta na Estrutura Organizacional, nem todas as unidades enviaram documentos para análise, como demonstra a tabela acima. Isso pode ocorrer devido a alguns motivos, entre eles: o início do projeto coincidir com o final de 2022 e início de 2023, a troca de governo e as mudanças no quadro de pessoal do Iphan.

No intuito de facilitar a visualização do quantitativo e da porcentagem, elaborou-se o Gráfico 1. associado à Tabela 1. Nota-se, nessa relação, que a Coordenação-Geral de Identificação e Registro (CGIR) enviou a maior quantidade e, assim, apresenta mais representatividade, com pouco mais de 17% dos documentos, seguida pelas Superintendências de Pernambuco e Goiás. No caso da CGIR, os documentos são relativos à Referência da Diversidade Linguística, em um total de 120 documentos. Mesmo que nem todas as unidades tenham enviado amostra de documentos, nota-se um corpus significativo pela diversidade.

Gráfico 1 - Quantitativo e porcentagem de documentos por pasta.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

A partir dos arquivos compartilhados na pasta do *Google Drive*, elaborou-se uma planilha com a indicação das colunas:

- Pasta: origem do documento;
- Entidade: a responsável por elaborar o documento;
- Tipologia: correspondia a tipologia ou classificação documental;
- Título do documento: indicação ou atribuição do título do documento;
- Outras informações: indicação das informações que constam no documento e poderiam ser incluídas na biblioteca digital;
- Observações: visava à indicação de possíveis erros e/ou considerações referentes ao documento;
- Link do drive: URL de compartilhamento do documento.

Como mencionado anteriormente, foram analisados/consultados 700 documentos. Na maioria dos casos, apresentavam a tipologia documental no cabeçalho, como os pareceres, notas técnicas, relatório, documento técnico etc. No entanto, outros tiveram a necessidade da leitura e análise documental para identificação da tipologia, focando no sumário, introdução, conclusão e/ou no formato do documento, como as plantas e projetos arquitetônicos, os folhetos e folder.

No levantamento foram identificados cerca de 146 tipos de documentos, mas nem todos serão contemplados na biblioteca digital, pois será necessário realizar um refinamento das tipologias para classificá-los, como o caso dos relatórios, que possuem suas finalidades, tais como: relatório complementar, relatório de atividade, relatório de reunião, relatório de trabalho de campo, relatório final, relatório fotográfico e relatório técnico.

Além do mais, alguns documentos compartilhados não correspondem às formalidades, como o caso dos anexos e apêndices que compõem um documento principal, arquivos em que constam somente as capas de um possível documento. Em outros casos, existe a necessidade de mais estudos para verificar o interesse em depositar na biblioteca, como os estudos e análises de projetos e currículo de curso.

Portanto, a Tabela 2 indica as dez tipologias mais frequentes dos documentos compartilhados, com as colunas de classificação, tipologia documental, quantitativo, porcentagem e porcentagem acumulada. Em primeiro lugar, tem-se os relatórios, seguidos das plantas arquitetônicas e das fotos/imagens, correspondendo a quase um terço das tipologias compartilhadas. Quando acrescentados os documentos técnicos, pareceres técnicos, mapas e inventários, pode-se dizer que correspondem a quase metade das tipologias: 51% dos documentos compartilhados. Com a inclusão das plantas de arquitetura, que são mais específicas que as plantas, e incluindo a ata de reunião e nota técnica, abarca quase que 60% das tipologias.

Tabela 2 - Tipologia dos documentos compartilhados pelo Iphan.

N	Tipologia	Quantitativo	Porcentagem	Porcentagem acumulada
1	Relatório	105	15,22%	15,22%
2	Planta	64	9,28%	24,49%
3	Foto/Imagem	54	7,83%	32,32%
4	Documento técnico	44	6,38%	38,70%
5	Parecer técnico	32	4,64%	43,33%
6	Mapa	30	4,35%	47,68%
7	Inventário	23	3,33%	51,01%
8	Planta de arquitetura	23	3,33%	54,35%
9	Ata de reunião	20	2,90%	57,25%
10	Nota técnica	18	2,61%	59,86%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Apesar do quantitativo e da diversidade de documentação recebida, nem todas as unidades do Iphan enviaram amostra, o que pode afetar a análise para proposta de estrutura da biblioteca digital. Assim, a equipe do instituto sugeriu um segundo chamamento, voltado para convidar as unidades que não enviaram a participar da criação do corpus inicial da biblioteca digital.

Devido à análise dos documentos compartilhados, descobriu-se, no arquivo intitulado de *Anexo 10 - Tipologias de ação de identificação*, ações que geram documentos para compor os Inventários Nacional de Referências Culturais (INRC), servindo como instrumento de perspectiva a flexibilidade e adaptabilidade às mais diversas situações de uso, como instrumento de política pública. Além disso, também foi utilizado para entendimento da produção documental de memória técnica do instituto.

Nas tipologias de ações, utiliza-se um ou mais instrumentos com alguns resultados esperados e com geração de produtos. Para isso, apresenta-se a seguir o Quadro 2, referente às tipologias de ações, com indicativo dos resultados esperados e os produtos.

Quadro 2 - Tipologias de ações com resultados esperados e produtos.

Tipo de ação	Resultado esperado	Produtos
Inventário Nacional de Referências Culturais: propõe a construção do olhar patrimonial sobre o campo das práticas culturais de natureza imaterial na perspectiva da política pública de preservação do patrimônio.	Bens identificados de acordo com as categorias e pressupostos da política de salvaguarda do patrimônio imaterial.	Fichas, relatórios, arquivos digitais do material audiovisual (fotografias, áudios e vídeos produzidos durante a pesquisa ou incorporados à documentação do inventário), formulário de autorização de uso de imagem, voz e informação, produtos editados para divulgação.
Mapeamentos: produz informações com ênfase na compreensão e delimitação de territorialidades, seja pela construção de marcos territoriais ou delimitações geográficas.	Informações embasadas por representações espaciais e dados georreferenciados.	Mapas e bases cartográficas digitais.
Pesquisa documental e bibliográfica: sistematiza informações sobre o patrimônio cultural a partir de produção bibliográfica e documental já existentes.	“Estado da arte” dos estudos realizados sobre o bem, estudos existentes sistematizados.	Produtos textuais em diversos formatos, listagens de fontes, glossários.
Estudos etnográficos: descreve e analisa bens culturais a partir da observação e inserção no universo cultural em identificação.	Descrições e análises produzidas a partir de pesquisa de campo.	Textos etnográficos, documentação audiovisual e fotográfica.
Pesquisas com memória: produz informação sobre o universo cultural baseado na coleta e análise de depoimentos trabalhados a partir da história oral, que privilegia as trajetórias e experiências dos indivíduos e grupos detentores.	Informações constituídas a partir das narrativas dos sujeitos envolvidos no processo.	Texto, documentação audiovisual e fotográfica.
Cadastrros: possibilita inserir informações, de maneira a otimizar a produção, busca e disponibilização de dados. É uma forma de registro com detalhamento mínimo, podendo ter os mais diferentes graus de complexidade, envolvendo desde listagens, descrições, até informações relacionadas.	Dados com descrições padronizadas.	Listagens, fichas, bases cadastrais digitais.
Inventários participativos: ligados a ações de educação patrimonial, possibilitam o auto inventário de comunidades e grupos sociais diversos sob a perspectiva do patrimônio cultural. Não ensejam ações institucionais em si, já que são de livre apropriação por parte das comunidades, mas, uma vez que sejam relativos a grupos ligados a ações e/ou macroprocessos institucionais, podem produzir informações sobre o universo cultural do bem em questão.	Ações educativas e de mobilização realizadas por meio do Inventário Participativo.	Documentação diversa, exposições, eventos, rodas de conversa etc.

Fonte: adaptado do arquivo Anexo 10 - Tipologias de ação de identificação da pasta COIDE, 2023.

Os produtos do Quadro 2 dimensionam não só tipologias documentais, mas também outros formatos, como o caso dos textuais, que em sua maioria são os ideais para serem submetidos na biblioteca digital, assim como os audiovisuais, como fotografia, áudio e vídeo, sendo que na amostra compartilhada tiveram somente textual e fotográfico.

Contudo, vale apontar que, durante a análise da amostra documental, dos 700 documentos analisados, em dez não foi possível reconhecer a tipologia documental. Em alguns documentos percebia-se o desmembramento, como no caso dos anexos, apêndices e algumas plantas. Porém, essas ocorrências não atrapalharam a análise da tipologia documental da memória técnica do Iphan, mas, sim, contribuíram como aspectos a serem tratados no desenvolvimento das políticas de gestão da biblioteca digital.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Memória técnica não tem tipologia documental padrão, ou seja, não é possível dizer o que faz ou não faz parte dessa tipologia documental, pois depende da produção de documentos da organização ou instituição. Entretanto, é possível afirmar que a memória técnica contém grande parte do conhecimento registrado da instituição ou organização, pois é fruto do intelecto dos seus colaboradores, por meio de documentos resultantes de suas atividades ou, mesmo, de atuação que vão além dos seus processos.

Assim, pode-se ter ideia da memória técnica pelos processos que geram documentos com o intuito de analisar o cenário produtor de documentação. Outra forma é reunir a produção, avaliando a tipologia documental apresentada e possibilitando a criação de critérios de seleção de documentos que podem compor a memória técnica.

Por tais razões, o projeto optou pelas duas abordagens, de forma a se obter uma visão inicial mais ampla da memória técnica produzida pelo Iphan. Para tanto, fez-se um levantamento bibliográfico, como orientam as pesquisas científicas, a fim de amparar os resultados. Com isso, tem-se um estudo teórico combinado com dois levantamentos aplicados, para inicialmente se alcançar o cenário da memória técnica do instituto.

Como apresentado, parte das unidades do Iphan não participou da coleta de dados, na medida em que não foram enviadas as amostras de documentos. Nesse sentido, uma segunda rodada de envio de documentos para a amostra foi sugerida pela equipe do Iphan. Ela se mostrou necessária devido à busca de um corpus mais robusto a fim de se esboçar um cenário total da documentação de memória técnica.

Assim como todos os estudos científicos, a primeira etapa, para atender a Meta 1, não é conclusiva, servindo apenas para dar sequência às etapas de organização e representação dos documentos a compor a biblioteca digital, a qual vem a ser implementada com o software DSpace, o mais utilizado para tal fim. Conforme o estudo avança, outras tipologias e necessidades de gestão da informação podem surgir, de modo que tal etapa é apenas a inicial do projeto.

A metodologia de analisar os processos geradores de memória técnica, considerando a Cadeia de Valor do Iphan, contribuiu para entender os processos internos do instituto na busca pela produção dos documentos de memória técnica. Entretanto, o caso que apresentou melhor resultado foi a apreciação e a consulta da amostra documental, que permitiu a análise empírica da produção documental da instituição. Logo, pode-se dizer que apresenta algum tradicionalismo na tipologia de documentos, como no caso dos relatórios e documentos técnicos, as atas de reunião, mas com materiais especiais, como as plantas e mapas, os pareceres técnicos e os inventários.

Por fim, os próximos passos relacionados aos documentos que compõem a memória técnica do Iphan buscarão: 1) indicar quais as tipologias documentais são interessantes de estarem na biblioteca digital, além das produções editoriais e do mestrado do Iphan; 2) sugerir a organização da biblioteca digital; 3) definir os esquemas de metadados da biblioteca digital; e 4) propor as políticas de gestão da biblioteca digital.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. A “memória técnica” das grandes barragens: considerações sobre a aplicação da noção de memória a fatos técnicos. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 2, p. 389-408, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900020007>. Acesso em: 11 abr. 2023.

ANEXO 10 - Tipologia de ação de identificação. [6] p. [Documento presente na pasta COIDE do Google Drive].

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11178.htm. Acesso em: 11 abr. 2023.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Materiais não convencionais em bibliotecas especializadas: relatórios técnicos, teses e dissertações, normas técnicas e patentes. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 38-52, mar. 1982. Disponível em: <https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36406>. Acesso em: 11 abr. 2023.

CRUZ, Emília Barroso. Gestão e acesso à informação governamental de tipo arquivístico: facticidade, validade e o papel do sistema de prioridades axiológicas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 46-63, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1031>. Acesso em: 11 abr. 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 14 mar. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Portaria GAB-IPHAN/IPHAN nº 49, de 8 de novembro de 2021**. Aprova a Cadeia de Valor no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Brasília, DF: IPHAN, 2021a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gab-iphan/iphan-n-49-de-8-de-novembro-de-2021-357730871>. Acesso em: 13 abr. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Portaria IPHAN nº 63, de 29 de dezembro de 2022**. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: IPHAN, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-iphan-n-63-de-29-de-dezembro-de-2022-455017542>. Acesso em: 3 mar. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Portaria nº 23, de 17 de maio de 2021**. Aprova o Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2021-2024 no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Brasília, DF: IPHAN, 2021b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-23-de-17-de-maio-de-2021-320662196>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SHINTAKU, Milton. Análise da cadeia de valor de órgãos de governo como apoio à organização de biblioteca digital. **AtoZ**: Novas práticas em Informação e Conhecimento, v. 12, p. 1-11, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v12i0.84584>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/84584>. Acesso em: 13 abr. 2023.

